



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado dos
Assuntos Parlamentares
Dra. Catarina Gamboa
Palácio de S. Bento (AR)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 53/2021 ENT.: PROC. N.º: 19/2021	19-01-2021

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 486/XIV (2.ª) “Janelas abertas e aquecimento desligado nas salas de aula”.

Cara Catarina,

Encarrega-me S. Exa. o Ministro da Educação de lhe remeter a resposta à Pergunta n.º 486/XIV (2.ª) “Janelas abertas e aquecimento desligado nas salas de aula”.

O XXII Governo Constitucional, atento à situação decorrente dos efeitos da pandemia da doença COVID-19, às medidas adotadas durante a presente situação epidemiológica, e tendo em consideração as orientações emanadas pela Direção-Geral da Saúde (DGS) em matérias de prevenção e controlo da transmissão do novo Coronavírus, tem vindo a acompanhar, de perto, as escolas e os docentes, fornecendo orientações e disponibilizando apoio com vista às adaptações necessárias e possíveis em cada contexto educativo.

Desde março que as escolas tiveram de desenhar e implementar os seus Planos de Contingência, que têm vindo a atualizar à luz da evidência, e, depois de um primeiro conjunto de orientações emitidas para o final do ano letivo de 2019/2020, o Ministério da Educação, em articulação com a DGS, voltou a produzir e a divulgar orientações (sobre condições de funcionamento e organização dos espaços, regras de distanciamento físico, de higiene e de etiqueta respiratória) para o ano letivo 2020/2021, remetidas às escolas no início de julho.

Nessas orientações está escrito que “sempre que possível, e que tal não comprometa a segurança das crianças e dos alunos, devem manter-se as janelas e/ou portas abertas, de modo a permitir uma melhor circulação do ar”. Resulta claro da recomendação que a segurança das crianças e alunos não pode ser descuidada em qualquer circunstância.

Ainda assim, tendo em conta a atual situação meteorológica, designadamente as baixas temperaturas sentidas nos últimos dias, no passado dia 8 de janeiro, a DGS, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Direção-Geral da Educação emitiram novo comunicado, sublinhando que “quando não existam nas salas de aulas ou outros espaços utilizados para lecionação equipamentos de ventilação mecânica, o arejamento pode ser realizado de forma natural durante os intervalos”, esclarecendo que não está desaconselhada a utilização de ventilação mecânica de ar (sistema AVAC - Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado), apesar de o arejamento dos espaços dever ser feito preferencialmente com ventilação natural, durante os intervalos.

Além das orientações para as escolas e do referencial da DGS “Controlo da Transmissão de COVID-19 em Contexto Escolar”, na frente das medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus em ambiente escolar, o Ministério da Educação reforçou, ainda, o orçamento das escolas para a aquisição de máscaras para todos os alunos, a partir do 5.º ano de escolaridade, e para todo o pessoal docente e pessoal não docente, bem como de outros equipamentos de proteção individual necessários e de solução à base de álcool.

Com os melhores cumprimentos, *Pessoais,*

O CHEFE DO GABINETE,

Tiago Saleiro